

## POR UM ENSINO MÉDIO PÚBLICO E PLURAL

Stella Lobo<sup>1</sup>

O ensino médio tem suscitado diversos debates por todo o Brasil. Isso porque essa etapa final da educação básica tem-se mostrado problemática há vários anos e, tanto políticos como acadêmicos travam batalhas sobre qual seria afinal “o modelo” de ensino médio a ser proposto para todo o Brasil.

Ensino médio 100% propedêutico, ensino médio integrado ao técnico, ensino médio politécnico ou tecnológico são algumas das modalidades debatidas e, para além das modalidades, temos a discussão sobre **o que** deve ser aprendido nessa fase – a partir da proposição de elaboração de uma base nacional curricular comum (BNCC) – **e como** podem ser transmitidos os conceitos determinados por essa base a partir de metodologias variadas, que disputam corações e mentes de professores e escolas em uma luta pela melhoria de índices de aprendizagem dos alunos.

Metodologias ativas, ensino baseado em projetos/problemas, vivências e aulas práticas, educação holística, educação integral, educação mediada por tecnologia de informatização e comunicação (TICs), educação baseada no desenvolvimento de habilidades sócio emocionais, são algumas das metodologias em voga. Todas, sem exceção, prometem maior envolvimento dos alunos com a aprendizagem e com a escola e o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para que os alunos tenham instrumental adequado para enfrentar as complexidades na vida no século XXI.

Os debates se tornaram ainda mais acalorados pela recente aprovação da Medida Provisória nº 746/2016<sup>2</sup> que altera, substancialmente, o formato do ensino médio no país. Tendo em vista esse contexto, exponho aqui algumas reflexões pessoais, baseadas na prática como Supervisora de Gestão de Vida Escolar do Centro Paula Souza (CPS), atividade que permite envolvimento direto com vários dos atores que compõem a comunidade escolar.

### **Ensino Médio, para quê, para quem?**

Para as chamadas camadas médias da sociedade, o ensino médio constituiu-se em etapa obrigatória muito antes da sua efetiva obrigatoriedade no Brasil. pois, como existe maior escolaridade entre seus membros, torna-se maior a expectativa de ingresso no ensino superior. Porém, os aglomerados urbanos que hoje concentram a maioria da população do país, deixam pouca ou nenhuma margem para os adolescentes fora da escola, portanto, a aspiração da educação como fator de mobilidade social já poderia construir-se numa valorização da educação junto das camadas populares.

Entretanto, ainda atendo pais que desejam “tirar os filhos do ensino médio”, em especial, do ensino médio integrado – uma vez que funciona em período integral e impede que o aluno tenha qualquer atividade remunerada pelo pouco tempo que livre de que dispõe.

Considero, portanto, que, a obrigatoriedade dos responsáveis em manter os menores de idade matriculados e frequentes na educação básica entre os 6 aos 17 anos, ainda não se tornou um “valor”, especialmente se a família não está incluída em programas de complementação de renda, como o Bolsa família, por exemplo.

---

<sup>1</sup> E-mail: [stella.lobo@cps.sp.gov.br](mailto:stella.lobo@cps.sp.gov.br).

<sup>2</sup> Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

Constato, com certa alegria, que, no cotidiano profissional, atendo menos jovens desesperançados e mais jovens interessados em participar de projetos – de todos os tipos – e atividades que lhes permitam crescer, seja no âmbito intelectual ou no âmbito social. Muitos como os primeiros a concluir o Ensino Médio na família, muitos em busca de documentação que lhes permita estudar em outros países.

O que a prática das relações diárias entre escolas e famílias tem demonstrado é uma grande diversidade, uma grande pluralidade de ideias entre os jovens e uma grande ansiedade, por parte de seus responsáveis na busca por um “futuro melhor e mais seguro”: expectativa complexa de ser atendida em um mundo em constante mutação.

Então, ensino médio para quem? E para quê? A primeira resposta é fácil. Para todos, a população inteira. Acesso universal.

Mas será que o ensino médio tem que ser ofertado da mesma maneira a todos? Se todos devem cursar essa etapa final da educação considerada básica, deveria ela ser ofertada a população em um único formato? Pela minha pequena amostragem cotidiana, não.

Uma sociedade democrática em construção, com a nossa, deveria ofertar o maior número de formatos possíveis, desde que estes se mostrassem adequados para a diversidade de comunidades escolares. A escolha de um determinado modelo pela comunidade deveria se dar a partir de indicadores e parâmetros coletados pelo próprio sistema escolar.

Essa diversidade caberia no formato adotado, por exemplo, pela MP 746/2016? Como nos alerta Mencken<sup>3</sup>: “Para todo problema complexo existe uma solução clara, simples e errada”.

Nos cursos de ensino médio integrado ofertados pelo CPS, existe uma escolha, antes da matrícula, a fim de que possam realizar a inscrição e participar do processo classificatório. Para realizar essa escolha muitos dos interessados usam como critério a exclusão de determinados conteúdos que apresentem maior dificuldade. Assim, cursos considerados “difíceis” são os que têm grande carga de conceitos matemáticos ou das ciências naturais. Isso não significa, porém, que esses alunos apresentem maior facilidade em linguagens ou ciências humanas.

O critério classificatório de ingresso das Etec’s permite verificar a fragilidade existente na formação do ensino fundamental, hoje universalizado Brasil. Dessa maneira, percebe-se que uma das formas de melhorar os critérios de escolha dos jovens seria melhorar a formação fundamental, de modo que, quando ingressassem no ensino médio, já tivessem aprendido os fundamentos científicos das todas as áreas, algo que, hoje, raramente acontece.

O curso técnico em informática é um bom exemplo desses processos de escolha. Os jovens leem, ouvem e percebem a importância dessa ferramenta na vida contemporânea, usam de seus recursos e escolhem o curso baseado nessas percepções. Porém, ao ingressarem, eles se dão conta que este não é “para aprender a mexer como computador” e se frustram, pois não contavam que haveria componentes como lógica de programação, por exemplo.

Para minorar essa situação muitas das Etecs procuraram melhorar a comunicação com os interessados já na divulgação das inscrições, informando sobre o curso da forma mais clara possível, buscando alinhar as expectativas dos interessados com a realidade do curso.

Em outros países, como Canadá, Coreia do Sul, a lógica de programação surge como um componente do ensino fundamental, o que torna mais simples para os jovens as escolhas posteriores nesta área ou em outras.

Pode-se perguntar, então, para que fazer o ensino médio. A resposta imediata de muitos dos jovens é: para ingressar na universidade. Ou seja, eles só percebem essa etapa como “uma ponte para outra” como se não existisse função social ou intelectual nela em si. Essa ideia

---

<sup>3</sup> Henry-Louis Mencken (1880-1956) foi jornalista, crítico literário e escritor. Grande criador de frases, escreveu praticamente sobre todos os assuntos, sempre disposto a desafiar o senso comum e as opiniões estabelecidas. (Nota da autora).

corroborar, na verdade, com as opções feitas pelas políticas públicas brasileiras formuladas nos últimos 20 anos para essa etapa da escolarização.

As mudanças efetuadas, a partir da LDB 9394/96, ora anulando a possibilidade de integração com a educação profissional, ora incorporando esta possibilidade, ora oferecendo Parâmetros Curriculares, ora buscando uma Base Nacional Comum não solucionaram ou alteraram significativamente os diversos problemas estruturais encontrados nesta etapa do ensino.

Currículo enciclopédico, com disciplinas estanques e pouco integradas, sempre tendo em vista o futuro ENEM ou o Vestibular; pouca ou nenhuma margem para experimentação, pesquisa e integração com a comunidade do entorno e o distanciamento das culturas juvenis, aliados a escolas com problemas de infraestrutura e professores com formação frágil tornaram, o que deveria ser a etapa final da educação básica em etapa intermediária de uma educação futura.

A relação com o saber, ou seja, a confrontação com objetos de saber específicos, que só a escola pode oferecer, não se coaduna com a necessidade de inserção no mundo social, intelectual e do trabalho (CHARLOT, 2001, 2013). Nesse sentido, a recente MP 746/2016 também não nos traz alento, seja pela forma como foi apresentada à sociedade, seja pela proposta em si, que não altera significativamente as questões estruturais apresentadas acima, ou ainda, pelo discurso repetido à exaustão de oferecer a sociedade “resultados mais significativos” nas avaliações externas, nacionais ou internacionais.

Acima de tudo, a MP não nos apresenta nenhuma discussão sobre a construção de um “conhecimento poderoso” (YOUNG, 2007) que permita aos jovens a busca autônoma por aprofundamento, que permita ingresso no mundo do trabalho mutante e mutável, que permita incorporar mais experimentação e entrosamento comunitário, que permita acesso e a produção de conhecimento científico e tecnológico; um conhecimento que permita aos alunos dessa etapa, compreender o mundo em que vivem.

(...) para crianças de lares desfavorecidos, a participação ativa na escola pode ser a única oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares. Não há nenhuma utilidade para os alunos em se construir um currículo em torno da sua experiência, para que este currículo possa ser validado e, como resultado, deixá-los sempre na mesma condição. (YOUNG, 2007, p. 1297)

A perspectiva apontada por Young, deveria, no caso brasileiro, ser ampliada. Não só visando a “crianças de lares desfavorecidos”, mas a toda e qualquer criança que frequente a escola pública! Esta deveria ser nossa meta com a educação pública. A única. Ampliação de perspectivas intelectuais do cidadão, em especial dos nossos jovens, e a possibilidade de vivência democrática, uma vez que nasceram em uma democracia em construção.

Apesar de as Etecs apresentarem uma realidade um pouco diversa, em termos curriculares, das demais escolas públicas estaduais, visto que apresentam hoje uma maior oferta de ensino médio integrado ao técnico, as dificuldades e as dúvidas estão presentes em todos os níveis e são constantes. Muitos alunos ingressantes sofrem por escolhas às vezes precoces, às vezes equivocadas, seja por desinformação ou por pressão dos responsáveis. O excesso de componentes curriculares, de avaliações, de burocracia legal e de horas aula fazem parte do dia a dia destas escolas. As equipes docentes precisam de tempo e espaço para integrar os conhecimentos e atividades e, nem sempre, estes são recursos disponíveis na proporção das necessidades.

Porém, mesmo com todas as dificuldades, muitas das Etecs têm mostrado resultados positivos no sentido de oferecer uma formação básica integrada a uma formação profissional que faça sentido aos alunos e ofereça a eles um significado, para além de “entrar na faculdade”.

E isso é feito de forma diversa, a partir de propostas de projetos de socialização com a comunidade do entorno, projetos de pré iniciação científica, criação de protótipos e projetos para apresentação em feiras tecnológicas como FEBRACE<sup>4</sup> ou FEETEPS<sup>5</sup> e os Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC) que, muitas vezes, são formulados para oferecer sugestão de resolução de problemas reais, vividos pela comunidade do entorno.

Além desses projetos que apresentam um delineamento acadêmico, as Etecs buscam desenvolver nos alunos a consciência democrática e cidadã, incentivando a participação de representação discente em Conselhos de Escola, Conselhos de Classe e na conscientização de seus direitos e deveres como alunos de escola pública.

Outra diferença entre o CPS é que existe alguma diversidade na forma de oferta. Poucas Etecs ofertam ensino médio em várias modalidades, (100% propedêutico; integrado ao ensino técnico; EJA integrado ao técnico – com duração de três anos e EJA propedêutico com duração de 1 ano e meio). Na grande maioria das Etecs, a oferta é apenas de Ensino Médio integrado, em uma pequena parcela existem tanto o propedêutico, como o integrado.

Isso, porém, parece muito pouco para um país imenso e diverso como este em que vivemos, já que a prática cotidiana tem apontado, de forma constante, que é justamente a diversidade de modelos, a pluralidade de formatos e estruturas e a busca pelo “conhecimento poderoso” que poderia oferecer as melhores repostas para esta etapa.

Na busca pelo Ensino Médio público e plural, encerro com reflexão de Ravitch (2011):

(...) A natureza de nosso sistema educacional – seja ele medíocre ou excelente – irá influenciar a sociedade até um futuro distante. Uma sociedade democrática não pode se sustentar por muito tempo se seus cidadãos são desinformados e indiferentes a respeito de sua história, de seu governo e do funcionamento de sua economia.

## Referências

BRASIL, Ministério da Educação. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96*.

BRASIL, Ministério da Educação. *Medida Provisória 746/2016 - Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, 2016*.

CHARLOT, B. *Os Jovens e o Saber – Perspectivas Mundiais*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

\_\_\_\_\_; REIS, R. As relações com os estudos de alunos brasileiros de ensino médio. In: KRAWCZYCK, N. (Org.). *Sociologia do Ensino Médio*. São Paulo: Cortez, 2013

YOUNG, Michael, F. D. Para que servem as escolas? *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, 2007. Disponível em: <<http://cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 mar. de 2017.

RAVITCH, D. *Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano – Como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação*. Sulina. 2011.

---

<sup>4</sup> FEBRACE- A Feira Brasileira de Ciências e Engenharia é um movimento nacional de estímulo ao jovem cientista, que realiza, anualmente, na Universidade de São Paulo uma grande mostra de projetos.

<sup>5</sup> FEETEPS- Feira tecnológica do Centro Paula Souza, realizada anualmente com projetos selecionados entres as Escolas Técnicas Estaduais, Faculdades de Tecnologia.